

FILME EM MINAS - PROGRAMA DE ESTÍMULO AO AUDIOVISUAL 2014 – 7ª EDIÇÃO

ANEXO I:

REGULAMENTO: PRODUÇÃO DE LONGAS-METRAGENS

1. DO OBJETO DA PREMIAÇÃO

- 1.1 Serão aceitos projetos inéditos para a produção de filmes de longa-metragem, com destinação inicial para salas de exibição, de qualquer gênero, com duração superior a 70 minutos, em formato final 35mm ou HDCAM nas seguintes faixas orçamentárias:
 - 1.1.1 Orçamentos de até R\$937.500,00 (novecentos e trinta e sete mil e quinhentos reais), terão sua produção premiada em pelo menos 80% do seu orçamento. Sendo a premiação no valor de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).
 - 1.1.2 Orçamentos superiores a R\$937.500,00 (novecentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) poderão ser premiados com o valor de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), caso elas comprovem que já possuem um patrocínio complementar de forma que o valor total acrescido o valor do prêmio contemple pelo menos 80% do valor do projeto.
- 1.2 Serão distribuídos 07 (sete) prêmios no valor de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) cada – que deverá contemplar no mínimo 80% do orçamento da proposta enviada.
 - 1.2.1 O investimento do FSA nos projetos será proporcional a 3/5 (três quintos) do valor aprovado para cada projeto.
- 1.3 Não serão considerados como objeto de premiação desta categoria do Edital os gastos com lançamento e distribuição dos produtos. É vedado o aporte na produção de conteúdos religiosos ou políticos, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, tele vendas, infomerciais, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.
- 1.4 Os projetos audiovisuais deverão ter como objetivo a produção de conteúdo brasileiro independente nos termos do inciso V do art. 1º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e, ainda, ser realizados por produtora brasileira independente, nos termos da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.
- 1.5 São considerados itens financiáveis todas as despesas relativas à produção da obra audiovisual até a sua conclusão, incluindo o desenvolvimento de projetos de conteúdo audiovisual e a remuneração dos serviços de gerenciamento e de execução do projeto.
- 1.6 São considerados itens não-financeiros: despesas de agenciamento, colocação e coordenação, divulgação, distribuição e comercialização e despesas gerais de custeio da empresa proponente. Além de gastos com lançamento. As planilhas

orçamentárias, portanto, não deverão conter estes itens, sendo permitida apenas a inclusão da produção de até 300 cópias do filme, em DVD, para divulgação do trabalho e inscrição em festivais de cinema, essa despesa deverá ser financiada com recursos da premiação da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

- 1.7 Para projetos de obras cinematográficas de longa-metragem, será exigido para a contratação dos recursos do FSA contrato de distribuição com empresa distribuidora.
- 1.8 Serão aceitos projetos distribuídos em regime de codistribuição, sendo a distribuidora interveniente no contrato a responsável pelo repasse de todas as receitas comerciais dos segmentos de mercado explorados.
- 1.9 É expressamente vedada a celebração de contratos de sublicenciamento pela distribuidora no segmento de salas de cinema.
- 1.10 No caso de empresa produtora que também exerça a atividade de distribuidora, condição esta que deverá ser comprovada pelo registro da empresa na ANCINE, será permitido o acúmulo das duas funções pela mesma empresa. Neste caso, deverá ser encaminhada declaração de distribuição própria, na qual constem a discriminação expressa dos segmentos de mercado explorados (incluindo, necessariamente, o mercado de salas) e a remuneração do distribuidor/produtor e de seus eventuais associados. Quando da celebração do contrato de investimento do FSA, a empresa assumirá também as obrigações que caberiam à distribuidora. Neste caso deverão ser observadas, ainda as seguintes condições:
 - a. não será permitido o estabelecimento de comissão de distribuição;
 - b. a exploração comercial da obra poderá ser realizada em qualquer segmento de mercado no prazo de até 12 (doze) meses a contar da data de conclusão da obra, podendo ser estendido para 18 (dezoito) meses para lançamento em salas de cinema.
- 1.11 No caso de distribuição própria pela empresa produtora ou empresa do mesmo grupo econômico, não será permitido o estabelecimento de comissão de distribuição.
- 1.12 No caso de projetos realizados em coprodução internacional, deverão ser observados os termos do inciso V do artigo 1º da Medida Provisória nº 2228-1/2001, além das seguintes disposições:
 - a) A coprodução deverá ser comprovada por meio de contrato ou pré-contrato com empresa estrangeira, redigido em língua portuguesa, consularizado e com tradução juramentada, dispondo sobre as obrigações das partes no empreendimento, os valores e aportes financeiros envolvidos e a divisão de direitos sobre a obra.
 - b) Os recursos a serem investidos, assim como o cálculo da participação do FSA, terão como base o total de itens financiáveis de responsabilidade da parte brasileira. Da mesma forma, o FSA terá participação sobre as receitas proporcionais à parte brasileira na divisão dos territórios em todos e quaisquer segmentos de mercado e janelas de exploração, existentes ou que venham a ser criados, observando as condições sobre retorno do investimento dispostas no Regulamento Geral do PRODAV.

c) No momento da contratação do investimento, será exigido o reconhecimento provisório da coprodução internacional pela ANCINE, nos termos da Instrução Normativa nº 106, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o reconhecimento do regime de coprodução internacional de obras audiovisuais não-publicitárias brasileiras, ou norma equivalente que a substitua.

d) Coproduções internacionais estabelecidas após a decisão final de investimento no projeto estarão sujeitas à análise do FSA para revisão das condições de retorno do investimento, desde que exista o reconhecimento provisório da coprodução pela ANCINE.

1.13 Os direitos sobre a obra audiovisual, objeto do investimento do FSA, deverão observar o capítulo VI do Regulamento Geral do PRODAV.

1.14 Os projetos deverão efetivar, na equipe, artistas e técnicos domiciliados em Minas Gerais, em porcentagem mínima equivalente à da premiação concedida.

1.14.1 É permitida a realização de co-direção com cineastas não residentes no Estado.

1.15 No mínimo 60% das filmagens devem acontecer em Minas Gerais, cabendo aos projetos concorrentes demonstrar a observância desta disposição.

1.16 Os projetos contemplados serão contratados em 2014. A PROPONENTE deverá comprovar a conclusão da obra, mediante apresentação de CPB emitido pela ANCINE, classificando a OBRA na categoria “Brasileira independente constituinte de espaço qualificado”, dentro de 12 (doze) meses a partir do desembolso dos recursos.

2 . DOS PROPONENTES

2.1 Poderão ser proponentes dos projetos empresas produtoras brasileiras independentes, com registro regular e classificadas na ANCINE como agentes econômicos brasileiros independentes, nos termos da Instrução Normativa nº 91, de 1º de dezembro de 2010, pertencentes ou não a grupos econômicos e comprovadamente sediadas em Minas Gerais há pelos menos dois anos.

2.2 É vedada a substituição da empresa produtora proponente, salvo nos casos de cisão, fusão ou incorporação, quando poderá ser admitida a troca desta pela nova empresa resultante de um desses processos de reorganização empresarial, desde que haja anuência do agente financeiro do FSA, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul BRDE, com a alteração contratual subjetiva, e sejam observados os limites de propostas e financeiros previstos neste Edital, bem como preservadas as condições para o contrato de investimento do FSA.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 Documentos de Habilitação deverão ser apresentados conforme a descrição:

Uma cópia simples (não é necessário autenticar) de cada um dos documentos, encadernados em tamanho A4, na ordem que se segue:

a. Formulário de inscrição preenchido e assinado;

- b. Contrato social da empresa com as últimas alterações, comprovando o seu endereço e seus fins prioritários de produção audiovisual e/ou cinematográfica, ou do requerimento de empresário, no caso de micro ou pequena empresa;
- c. Certificado de Registro na Ancine como empresa produtora;
- d. Comprovante de Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- e. Documento de Identidade e CPF do representante legal;
- f. Contrato de co-produção, no caso de haver empresa co-produtora.

3.2 Caderno do Projeto Técnico:

3.2.1 Etiqueta na face exterior de cada caderno:

Filme em Minas – 2014

Caderno do Projeto Técnico

Categoria: Produção de Longas-metragens

Nome do projeto:

Proponente:

3.2.2 Quatro cópias em tamanho A4, encadernadas separadamente, contendo os seguintes documentos:

- a. Cópia do formulário de inscrição;
- b. Apresentação do projeto (máximo de 3.200 caracteres);
- c. Sinopse (máximo de 3.200 caracteres);
- d. Roteiro:
 - d.1) Ficção: roteiro contendo o enredo do filme dividido em sequências, com desenvolvimento dos personagens, dos diálogos e dos textos narrados ou escritos;
 - d.2) Animação: roteiro contendo o enredo do filme dividido em sequências, com desenvolvimento dos personagens, dos diálogos e dos textos narrados ou escritos; e *storyboard* de pelo menos três sequências, bem como estudos visuais dos personagens principais;
 - d.3) Documentário e experimental:
 - Indicação e descrição do tema (máximo de 6.000 caracteres);
 - Justificativa (máximo de 3.200 caracteres);

- Recursos expressivos a serem adotados (como pretende trabalhar o tempo fílmico, elementos ambientais, objetos, manifestações culturais ou outros aspectos que elucidem a narrativa do filme);
 - Apresentação dos personagens envolvidos, se for o caso;
 - Metodologia de abordagem dos personagens e/ ou do tema, se for o caso;
 - Pré-roteiro com o encadeamento que se pretende do material e localização nesta estrutura dos seus recursos expressivos, se for o caso;
 - Referências visuais: fotografias ou trechos fílmicos ou videográficos em que se possa verificar o ambiente em foco, a comunidade e os principais personagens relacionados no projeto e/ou outros materiais que o proponente julgar necessários para elucidar o projeto.
- e. No caso de roteiro adaptado, apresentar termo de opção de cessão de direitos autorais do autor da obra original, contendo prazo de duração não anterior a dezembro de 2016, ou contrato definitivo de cessão de direitos;
 - f. No caso de trilha sonora não original expressa no roteiro, apresentar termo de opção de cessão de direitos autorais e de execução, contendo prazo de duração não anterior a dezembro de 2016, ou contrato definitivo de cessão de direitos.
 - g. Orçamento;
 - h. Plano de viabilização financeira contendo as fontes de recursos a serem captadas, inclusive com a declaração de valores já recebidos ou assegurados de outras fontes;
 - i. Cronograma físico-financeiro de produção;
 - j. Currículo e/ ou portfólio do diretor (a);
 - k. Currículo e/ ou portfólio da empresa produtora;
 - l. Termo de ciência dos membros centrais da produção;
 - m. Termo de ciência dos atores e atrizes citados, no caso de indicação de elenco;
 - n. Outras informações que julgar necessárias para melhor compreensão do projeto (opcional).
- 3.3 Apenas para os projetos selecionados (escolhidos pela Comissão de Seleção), será necessário o envio dos documentos listados a seguir. Caso os documentos não sejam entregues no prazo de dez dias úteis a contar da publicação dos projetos selecionados, os projetos serão desclassificados, dando lugar a projetos suplentes.

- a. Cópia autenticada do contrato social da empresa produtora;
- b. Cópia autenticada do estatuto social e da ata de eleição e posse da diretoria, em caso de Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos;
- c. No caso de haver empresa co-produtora, cópia autenticada do contrato de co-produção;
- d. Declaração do representante legal de que a empresa está sediada em Minas Gerais há no mínimo dois anos ou, no caso de empresas com menos de dois anos de funcionamento, comprovante de atuação na produção audiovisual em Minas Gerais do(s) seu(s) sócio(s) majoritário(s) por período mínimo de dois anos;
- e. Comprovante de residência atual do diretor do filme acompanhado de declaração de que mora em Minas Gerais há pelo menos dois anos ou, no caso de diretor que esteja ou tenha residido temporariamente fora de Minas Gerais (período não superior a quatro anos), declaração de residência temporária fora do Estado acompanhada de documentação comprobatória, bem como comprovação de atuação prévia na produção audiovisual em Minas Gerais.
- f. Certidão de registro do roteiro, original ou adaptado, junto à Fundação Biblioteca Nacional, ou documentação comprobatória do envio do roteiro para registro acrescido do comprovante de depósito da taxa de registro;
- g. Contrato de cessão do roteiro para a produtora;
- h. Contrato da produtora com o diretor do filme, comprovando a participação do mesmo no projeto.
- i. Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com Efeitos Negativos em vigor:
 - I – Da Fazenda Municipal, no caso de entidades de direito privado sem fins lucrativos;
 - II – Da Fazenda Estadual;
 - III – Do INSS;
 - IV – Do FGTS;
 - V – Da Dívida Ativa da União.
- j. Demais informações e documentos que a Secretaria de Estado de Cultura julgar necessários.

4. DA CONTRATAÇÃO DO FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL

4.1. Para cada projeto selecionado será assinado contrato de investimento entre a empresa proponente e o agente financeiro do FSA, o BRDE, contendo as condições estipuladas na minuta de contrato disponibilizada no seu sítio eletrônico, tendo como

objeto o investimento para a produção da obra audiovisual e a correspondente participação do FSA nas receitas.

4.2. A proponente deverá apresentar para contratação dos recursos do FSA os documentos relacionados nos Anexos A e B.

4.3. A contratação do investimento suplementar do FSA somente será realizada após o desembolso pela Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, condicionada à comprovação pela proponente do financiamento, incluindo os recursos do FSA, de no mínimo 80% (oitenta por cento) da parte brasileira dos itens financiáveis, conforme documentação prevista no Anexo B.

4.4. As proponentes deverão estar, ainda, adimplentes perante a ANCINE, o FSA e o BRDE, além de comprovar regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista, para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

4.5. No caso de projeto já aprovado pela ANCINE para captação de recursos incentivados federais e selecionados anteriormente pelo FSA e, no entanto, o saldo a captar seja inferior ao montante previsto de recursos do Fundo será exigido o remanejamento das fontes dos recursos na ANCINE.

4.6. Caso o projeto não tenha saldo a captar relativo ao montante aprovado do investimento total do FSA, a proponente será comunicada pela ANCINE e deverá manifestar interesse na contratação do novo valor do investimento.

4.7. Será exigida para a contratação a análise técnica da compatibilidade entre o orçamento e o roteiro, salvo se o projeto já estiver aprovado para captação de recursos incentivados pela ANCINE. Tal análise será de responsabilidade da Comissão de Seleção, instituída de acordo com o item 3.5 do Edital Filme em Minas 2014.

4.8. Será verificado ainda para contratação dos recursos do FSA a observância das regras relativas aos direitos sobre os conteúdos audiovisuais prevista no Capítulo VI do Regulamento Geral do PRODAV.

4.9. Para projetos aprovados pela ANCINE a partir da vigência do novo Sistema de Aprovação de Projetos estabelecido após a publicação da Instrução Normativa nº 99, de 29 de maio de 2012, a aprovação da etapa de análise complementar dispensa as análises de orçamento e de direitos previstas nos itens 4.7 e 4.8.

4.10. As proponentes participarão do contrato de investimento na condição de responsáveis pela execução operacional, gerencial e financeira do projeto e pelas obrigações relativas ao repasse das receitas decorrentes da exploração comercial da obra.

4.11. No caso de obras cinematográficas de longa-metragem, o contrato de investimento terá como interveniente a empresa distribuidora, que assumirá a responsabilidade pelo lançamento comercial da obra, pelo fornecimento de informações relativas aos seus resultados comerciais e pela operacionalização dos repasses ao FSA das receitas comerciais geridas por ela, mantida a responsabilidade da proponente pelo cumprimento dessas obrigações.

4.12. A empresa produtora, no que lhe couber, deverá observar, nos contratos e acordos com terceiros, a participação do FSA na Receita Líquida do Produtor (RLP) auferida na comercialização da obra.

4.13. Para fins da previsão normativa relativa ao Depósito Legal, a cópia final da obra audiovisual deverá respeitar os seguintes suportes e sistemas:

a) finalização em película cinematográfica com bitola de 35 mm (trinta e cinco milímetros) e finalização em sistema digital de alta definição; ou

b) finalização em sistema digital de alta definição, no caso de obras com previsão de exibição exclusiva no circuito de salas com projeção digital.

4.14. A cópia final da obra audiovisual entregue para fins de Depósito Legal, em sistema digital de alta definição, deverá conter necessariamente dispositivos de legendagem descritiva e audiodescrição que assegurem a acessibilidade por deficientes auditivos e visuais.

4.15. Para fins de cumprimento da previsão normativa relativa à logomarca, deverão ser observadas as disposições previstas no Manual de Aplicação da Logomarca da ANCINE e as do BRDE e do (nome órgão ou entidade local)

4.16. A proponente terá prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias para apresentar as condições para a contratação do investimento do FSA, contados a partir do desembolso dos recursos pelo (órgão/entidade local).

5. DO RETORNO DO INVESTIMENTO DO FSA

O retorno dos valores investidos pelo FSA será definido de acordo com as normas dispostas na Seção VIII do Capítulo IV do Regulamento Geral do PRODAV.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS INVESTIDOS PELO FSA

6.1. A proponente responsável pelo projeto selecionado deverá apresentar ao BRDE o conjunto de documentos que proporcionem a aferição do cumprimento do objeto e da finalidade do projeto e a correta e regular aplicação dos recursos investidos pelo FSA até o dia 15 (quinze) do quinto mês seguinte à data de conclusão da obra.

6.2. A prestação de contas dos recursos do FSA será analisada pelo BRDE de acordo com as normas do banco e aquelas específicas do FSA, sendo aplicadas, subsidiariamente, as regras da ANCINE.

6.3. Apenas serão admitidos documentos fiscais que comprovem despesas realizadas no prazo compreendido entre a data de encerramento das inscrições de projetos e até 4 (quatro) meses após a data de conclusão da obra, entendida como a data de liberação do Certificado de Produto Brasileiro (CPB), excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

7. DAS SANÇÕES

As sanções e penalidades decorrentes da incorreta execução física e financeira do projeto estão dispostas na minuta de contrato de investimento do FSA, disponível no sítio eletrônico do BRDE.

Este regulamento é complementar ao Edital, sendo obrigatória a observância das disposições de ambos para a inscrição de projetos no Filme em Minas – Programa de Estímulo ao Audiovisual.